


**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM
DESPACHO/MG**




Aos 20 (vinte) dias do mês de outubro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 16:00 (dezesesseis horas), realizou-se a Reunião da Comissão Parlamentar de **LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**, convocada de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho, da qual tomaram parte os vereadores **Professor Éder Tipura (Presidente), Pará e Marcelo Cesário - Malucão**. No horário mencionado, deu-se início a presente reunião, sendo constatada a presença dos vereadores acima nominados, em número necessário para abertura da reunião e prosseguimento dos trabalhos. O Vereador Presidente da Comissão passou imediatamente à Ordem do Dia: **1) Discussão e Deliberação sobre o PL 81/2022**, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento e dá outras providências: o Relator Vereador Marcelo Cesário - Malucão apresentou Parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E LEGALIDADE** do projeto, sendo o parecer aprovado por unanimidade, para prosseguimento do processo legislativo, com encaminhamento da proposição para as demais Comissões para deliberarem sobre o mérito do projeto. **2) Discussão sobre o PLC 15/2022** (que cria o cargo de Analista Educacional e aumenta 1 (um) cargo de Coordenador V à estrutura e quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica do Anexo I da Lei Complementar n.º 25/2013 e dá outras providências) e **PL 76/2022** (que dispõe sobre a organização do sistema Municipal de Educação (SIMED), da reestruturação do Conselho Municipal de Educação, do Fórum Municipal de Educação e dá outras providências): Compareceram à reunião a Secretária Municipal de Educação, Sra. Gabriela Fernandes da Silva Oliveira e o Subsecretário Municipal de Educação, Sr. Márcio Antônio da Silva que explanaram sobre os projetos e esclareceram dúvidas levantadas pelos vereadores membros da Comissão. Após os esclarecimentos, os projetos foram encaminhados ao Relator, Vereador Professor Eder Tipura para sua análise a parecer. **3) Discussão sobre o PLC 17/2022**, que altera a Lei Municipal n.º 1950 de 30 de dezembro de 2003 e dá outras providências: Tendo em vista a retirada do PLC n.º 11/2022 pelo Poder Executivo e apresentação do presente, com o mesmo objeto mas com diversos ajustes que se faziam necessários, a Comissão, por unanimidade, deliberou pela designação de audiência pública para discussão do PLC para o dia 17/11/2022 às 18:00 horas, no Plenário da Casa. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião. Eu, Haroldo Celso de Assunção, Procurador Jurídico, lavrei a presente ata, que segue assinada por todos os presentes, colocando-a à disposição de todos os demais vereadores e à sociedade via sistema SAPL, onde poderá ser acessada por todos.


Vereador Professor Eder Tipura (Presidente)


Vereadora Pará


Vereador Marcelo Cesário - Malucão


Haroldo Celso de Assunção
Procurador Jurídico
OAB/MG: 70.464



À

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Bom Despacho

Projeto de Lei Complementar n.º 15/2022

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei Complementar proposto pelo Chefe do Poder Executivo que cria o cargo de Analista Educacional e aumenta 1 (um) cargo de Coordenador V à estrutura e quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica do Anexo I da Lei Complementar nº 25/2013 e dá outras providências.

O Of. nº 523/2022/GPBCN encaminhado (fls. 02/03) informa que a medida tem por objetivo a manutenção, gerenciamento e administração do Sistema Municipal de Educação (SIMED) que o Poder Executivo Municipal pretende implantar caso o Projeto de Lei nº 76/2022 seja aprovado nesta Casa Legislativa. O cargo de Analista Educacional não existe na estrutura organizacional da Prefeitura, assim como é necessário aumentar um cargo de Coordenador V, alterando a Lei Complementar nº 25/2013. Conforme ofício, o Analista Educacional orientará o sistema municipal e a rede privada do segmento infantil, será o responsável pela articulação do município no cumprimento de leis Estaduais e Federais, dentre outras atribuições descritas no projeto. Segundo o Prefeito Municipal, este é mais um passo para o Município assumir sua autonomia diante dos demais entes da federação.

A proposição é composta por 7 (sete) artigos, altera o art. 14, acrescenta o §4º do art. 36 descrevendo as atribuições do Analista Educacional e altera o Anexo I, todos da Lei Complementar nº 25/2013. Prevê o vencimento do cargo criado, a escolaridade exigida para investidura e como integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo.

Foi demonstrada a metodologia de cálculo pelo Poder Executivo, com projeção do aumento das despesas e reajustes nos anos de 2023 a 2025 e indicação da dotação orçamentária. A Assessoria Financeira e Contábil da Câmara fez a análise técnica da matéria com base no artigo 167 da CF/88, na Lei Complementar nº 101/200 (LRF), na Lei nº 4.320/1964 e demais legislações correlatas e concluiu pelo prosseguimento da tramitação.

É o essencial a relatar.

Parecer

O Projeto de Lei Complementar nº 15/2022 trata de assunto de interesse local, competindo ao Município legislar sobre a matéria amparado pelo artigo 30, inciso I da Constituição Federal, e pelos artigos 8º, 9º, incisos IX e XIII e 11 da Lei Orgânica Municipal. A propositura compete



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO/MG



privativamente ao Prefeito, nos termos do artigo 74, II, alíneas “b” e “c” e artigo 87, incisos III e IV da Lei Orgânica. Por estas razões, não foram detectados vícios de competência e iniciativa.

Cabe ao Poder Executivo Municipal a elaboração de leis que modifiquem a sua estrutura administrativa e organizacional, podendo criar ou extinguir cargos do seu quadro de pessoal. O Prefeito apresentou devidamente a justificativa para a criação do cargo de Analista Educacional, bem como a majoração de um cargo de Coordenador V. Ressalto que a presente proposição está diretamente atrelada ao Projeto de Lei nº 76/2022, uma vez que os cargos mencionados somente serão necessários caso seja criado e implantado o Sistema Municipal de educação (SIMED) no Município de Bom Despacho.

O projeto em análise prevê as atribuições do cargo de Analista Educacional, envolvendo orientar, assistir e controlar o processo administrativo e pedagógico das instituições de ensino municipais. Previu o vencimento no valor de R\$4.638,36 (quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos), deixou expresso que se trata de um cargo em comissão de livre nomeação e exoneração e que deverá ser ocupado apenas por quem tenha licenciatura em pedagogia e pós-graduação em inspeção escolar. O nível de responsabilidade e complexidade das atribuições do cargo é compatível com o vencimento fixado e com a escolaridade exigida na proposição.

Observo que os cargos em comissão são uma exceção à regra do concurso público para o ingresso da Administração. Por isso, somente é justificada quando são cumpridos os pressupostos constitucionais para sua criação, conforme jurisprudência pacificada do STF transcrita abaixo¹:

Criação de cargos em comissão. Requisitos estabelecidos pela Constituição Federal. Estrita observância para que se legitime o regime excepcional de livre nomeação e exoneração. Repercussão geral reconhecida. Reafirmação da jurisprudência da Corte sobre o tema.

1. A criação de cargos em comissão é exceção à regra de ingresso no serviço público mediante concurso público de provas ou provas e títulos e somente se justifica quando presentes os pressupostos constitucionais para sua instituição.

2. Consoante a jurisprudência da Corte, a criação de cargos em comissão pressupõe: a) que os cargos se destinem ao exercício de funções de direção, chefia ou assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; b) necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; c) que o número de cargos comissionados criados guarde proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os institui; e d) que as atribuições dos cargos em comissão estejam descritas de forma clara e objetiva na própria lei que os cria.

3. Há repercussão geral da matéria constitucional aventada, ratificando-se a pacífica jurisprudência do Tribunal sobre o tema. Em consequência disso, nega-se provimento ao recurso extraordinário.

¹ Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15340212262&ext=.pdf>



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO/MG



(RE 1041210 RG, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 27/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-107 Publicado em 22-05-2019)

Pela análise da matéria e conforme atribuições do cargo de Analista Educacional descritas no Projeto de Lei entendo que os pressupostos constitucionais não foram respeitados para que o ingresso do servidor seja através de contratação por livre nomeação e exoneração. O cargo não guarda relação com funções de direção, chefia ou assessoramento. Tratam-se, ao contrário, de prestação de serviços que são típicos de servidores públicos efetivos. Em análise à proposição é possível perceber que estamos diante de atividades burocráticas e operacionais as quais não exigem uma relação de confiança entre a Secretária Municipal da Saúde, ou o Prefeito, e o Analista Educacional, pois este não exercerá atividades de coordenação de pessoal ou de setor, de direcionamento da gestão, de assessoramento ou funções com cunho decisório, dentre outras que exijam a escolha da autoridade nomeante. Portanto, a investidura no cargo deverá ser feita através de concurso público de provas ou provas e títulos, por não se enquadrar no conceito de cargo em comissão. Proponho, desta forma, uma emenda modificativa neste sentido, conforme Anexo I deste Parecer.

A elaboração de uma proposta normativa exige a observância de preceitos redacionais e procedimentos específicos para uma boa técnica legislativa. Neste contexto, ressalto que de um modo geral não foram detectadas inconsistências de redação, com exceção do art. 3º do Projeto e do seu Anexo I. Ao acrescentar o §4º ao art. 36 da Lei Complementar nº 25/2013, o Projeto de Lei Complementar nº 15/2022 repetiu o mesmo texto nos incisos III e XV. O Anexo I, por sua vez, trata de assunto que não deveria compor o texto legal. Assim, proponho emenda supressiva, para que seja retirado o inciso XV mencionado e o Anexo I.

Sobre a apreciação contábil, financeira e orçamentária a matéria foi submetida a análise da Assessora Financeira e Contábil da Câmara Municipal a qual concluiu que a proposição atende os requisitos legais, podendo prosseguir. Para a criação de despesas de caráter continuado a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, exige a demonstração do impacto financeiro e a declaração do ordenador de despesas de que existe disponibilidade financeira e orçamentária para suportar os novos gastos públicos, bem como de adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO. Os requisitos aqui traçados foram atendidos, conforme documentos de fls. 07/13.

Nos demais quesitos o projeto em estudo está em conformidade com as leis vigentes e atende de forma satisfatória o texto constitucional e regimental do Poder Legislativo Municipal.

Ante o exposto, nos termos do art. 88, I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho, entendo que o Projeto de Lei Complementar nº 15/2022, com a aprovação da emenda anexa apresentada e caso o Projeto de Lei nº 76/2022 seja aprovado, é constitucional e legal, assim como tramita de forma regimental, sendo meu parecer pela sua aprovação nesta Comissão para que prossiga em sua tramitação.

Bom Despacho, 11 de novembro de 2022

Vereador Professor Eder Tipura

Relator

**EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2022**

Emenda nº 1.01	Tipo: Modificativa (art. 136, III do RI)
Dispositivo alterado: §1º do art. 1º.	
Justificativa: O cargo de Analista Educacional não é compatível com o exercício de funções de direção, chefia ou assessoramento, não se enquadrando no conceito de cargo em comissão.	
Texto do Projeto de Lei	Emenda
Art. 1º (...) §1º O cargo de Analista Educacional será de livre nomeação e exoneração e deverá ser ocupado por quem tenha licenciatura em pedagogia e pós-graduação em inspeção escolar.	Art. 1º (...) §1º O ingresso no cargo de Analista Educacional ocorrerá mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se do candidato licenciatura em pedagogia e pós-graduação em inspeção escolar.

Emenda nº 1.02	Tipo: Supressiva (art. 136, I do RI)
Dispositivo alterado: Art. 3º	
Justificativa: Ao acrescentar o §4º ao art. 36 da Lei Complementar nº 25/2013, o Projeto de Lei Complementar nº 15/2022 repetiu o mesmo texto nos incisos III e XV e este último deve ser suprimido.	
Texto do Projeto de Lei	Emenda
Art. 3º (...) Art. 36 (...) §4º (...) XV – Garantir a regularidade do funcionamento das escolas, em todos os aspectos.	Art. 3º (...) Art. 36 (...) §4º (...) XV – Garantir a regularidade do funcionamento das escolas, em todos os aspectos.

Emenda nº 1.03	Tipo: Supressiva (art. 136, I do RI)
Dispositivo alterado: Anexo I	
Justificativa: A Declaração presente no Anexo I não precisa compor o texto legal.	
Texto do Projeto de Lei	Emenda
ANEXO I DECLARAÇÃO (...)	ANEXO I DECLARAÇÃO (...) Fica suprimido o Anexo I